



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 4 de abril de 2011

JORNAL DO COMMERCIO

Nota de esclarecimento 1
CAPA

JORNAL DO COMMERCIO

Produção industrial acelera 2
CAPA

JORNAL DO COMMERCIO

FRENTE & PERFIL 3
OPINIÃO

JORNAL DO COMMERCIO

Nota de Esclarecimento 4
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Amazonas volta a ter arrecadação recorde 5
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Amazonas volta a ter arrecadação recorde (continuação) 6
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Retomada 7
ECONOMIA

A CRITICA

sim & não 8
OPINIÃO

A CRITICA

Rodrigo Araújo 9
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO

Ministério quer regulamentar pesca esportiva no Amazonas 10
ECONOMIA

Nota de esclarecimento

Suframa contesta acusação de improbidade

Por meio de nota, a Superintendência da Zona Franca de Manaus lembra que o Ministério Público Federal pronunciou-se favorável à licita-

ção que deu vitória à Fucapi, concluindo que: “A decisão (...) foi de acordo com as regras estabelecidas no edital”.

Página A6

Produção industrial acelera

A produção industrial brasileira cresceu 1,9% em fevereiro ante janeiro, já descontadas as influências sazonais, segundo os dados divulgados na sexta-feira, 1º, pelo IBGE. Em janeiro, o setor havia registrado alta de 0,2%.

A expansão é a maior desde março de 2010 (3,5%), quando a indústria ainda era incentivada por medidas de fomento, como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Análises dos economistas do mercado financeiro, contudo, mostram que o 'efeito calendário' foi um fator determinante para o resultado. De acordo com os especialistas, o fato de o Carnaval ter sido comemorado em março em 2011 resultou em um maior número de dias úteis em fevereiro.

Página A8

FRENTE & PERFIL

Suframa daria suporte a candidatura do PT

A briga política pelo comando da Suframa expõe o Amazonas a um grande perigo, que seria a indicação de um técnico (ou de um político, o que seria bem pior) de outro Estado para o cargo, conforme já é pensado e debatido nos arraiais do PT nacional. É sabido que o PT local, que insiste em tirar o cargo das mãos do PMDB, nunca teve grande peso político em Brasília, onde até a bancada do Acre tem muito mais prestígio junto aos caciques petistas. Outro grande perigo seria a “politização” da autarquia, que se não for administrada por pessoa competente e técnica como a atual superintendente Flávia Grosso, pode descambar para o uso de cargos e prestígio em benefício eleitoral, ou pessoal, como é costume entre camaradas do partido da estrela vermelha. Reforçando essa tese, convém lembrar que a briga pelo comando da Suframa tem mais a ver com a sucessão municipal do que com moralidade, haja vista que um dos maiores interessados é assumidamente pré-candidato à prefeitura de Manaus.

Nota de Esclarecimento



Sobre a matéria "MPF/AM processa dirigentes da Suframa e da Fucapi por improbidade administrativa" publicada nos meios de comunicação em 30 de março de 2011, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA esclarece o seguinte:

A matéria trata sobre ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de suposta irregularidade em processo licitatório da SUFRAMA, do qual foi vencedora a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi).

O objeto dessa ação, à época da licitação, foi apreciado definitivamente no Mandado de Segurança nº 2008.32.00.002465-0 pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal.

Na ocasião, O MPF/AM, pronunciou-se favorável à licitação, concluindo que: "A decisão pela FUCAPI foi de acordo com as regras estabelecidas no edital, baseada em um conjunto de fatores e não em apenas um isoladamente. (...) Portanto, da documentação e das informações trazidas nos autos, não há configuração de conduta que atenta contra os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico, uma vez que as regras contidas no edital estão compatíveis com a Lei"

Em linha de concordância com o MPF/AM, a Justiça Federal, por sua vez, julgou: "(...) de fato, nada de irregular foi verificado no procedimento licitatório questionado, tendo sido declarada vencedora a empresa que cumpriu todas as condições do edital".

Inusitadamente, contudo, o mesmo membro do MPF/AM que se manifestou pela legalidade da licitação, contraditoriamente, propôs a mencionada ação de improbidade.

Sendo assim, os indícios de irregularidade e direcionamento do certame à FUCAPI, divulgados na data de ontem pelo MPF/AM, não procedem, uma vez que a SUFRAMA deu prosseguimento à contratação mediante manifestação favorável da Justiça Federal e do próprio Ministério Público Federal, após comprovação da inexistência de falhas no processo licitatório.

Todos os atos administrativos praticados pelos gestores da autarquia são fiscalizados pelos órgãos de controle interno e externo, como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Ministério Público Federal, o que garante total lisura nos seus efeitos.

É prudente que se aguarde o julgamento do processo em questão pela Justiça Federal, evitando-se fazer juízo de valor precoce.

A SUFRAMA tem apenas a lamentar a divulgação de informações desse cunho sem o devido comprometimento com o interesse público, pois ações como essa, além de causarem confusão na consciência da sociedade, pessoas e famílias cuja honra estejam sendo agredidas, podem gerar insegurança nas atividades desenvolvidas pela autarquia em toda sua área de atuação, principalmente no que tange à instalação de novos empreendimentos geradores de emprego, renda e qualidade de vida para a população da Amazônia Brasileira.

Amazonas volta a ter arrecadação recorde

Recolhimento estadual somou mais de R\$ 500 milhões, alta de 23,7% sobre igual mês de 2010

Foto: Arquivo Tel

POR LUANA GOMES
E SANDRA BEZERRA

Assim como nos meses antecedentes, em março, o leão estadual também abocanhou uma das maiores cifras sobre seus contribuintes. O saldo ultrapassa a casa dos R\$ 500 milhões e garante um percentual 23,70% superior ao do ano passado (R\$ 409,62 milhões).

O resultado do primeiro trimestre já mostra indícios do que se espera em 2011. Os três meses juntos somaram R\$ 1,48 bilhão, o que totaliza 25% do recolhido nos 365 dias de 2010 (R\$ 5,96 bilhões). Em comparação a igual período do ano anterior (R\$ 1,25 bilhão), já houve uma expansão de 18,25%.

Dentre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), a indústria, como sempre, foi responsável pela maior parte dos tributos arrecadados, com uma fatia de 44,72%. Os números demonstram alta de 14,75% sobre os R\$ 197,47 milhões 'angariados' em março de 2010. Entretanto, em confronto a fevereiro, o número apresenta uma leve queda de 0,83%, saindo de R\$ 228,50 milhões para R\$ 226,61 milhões.

Com a crise no Japão, surgem as dúvidas se não houve impacto na produção industrial. Contudo, o diretor executivo do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Ronaldo Mota, apesar de não estar a par das informações, garante que não houve nenhum reflexo da tragédia na região já que, segundo ele, nenhuma fábrica do PIM

(Polo Industrial de Manaus) deixou de produzir no terceiro mês do ano. "Além do mais, o que se produz em março é originário de insumos comprados em janeiro. O reflexo que pode vir a acontecer não será agora, mas provavelmente em maio", avaliou.

O dirigente fala que os números estão equilibrados então, possivelmente, a retração é decorrente de alguma compra não computada pela Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda).

Comércio pessimista

No caso do comércio, a receita do mês de março é bem melhor quando comparada à época carnavalesca (R\$ 177,57 milhões), já que o segmento obteve elevação de 2,91%, com seus R\$ 182,73 milhões. Porém, como 'nem tudo são flores', quando comparado a janeiro, mês tradicionalmente conhecido pelo baixo volume de vendas, houve uma redução de 3,86%.

O presidente da FCDI/AM (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Amazonas), Ralph Assayag, comenta que a situação



Indústria voltou a liderar setores econômicos da região em termos de arrecadação de ICMS

bro e das promoções realizadas, em função das queimas de estoques de fim de ano.

que deveria acontecer em março e abril é fator gerador de receita. "Esta promoção deveria dar suporte as vendas de março, que não foram nada boas para o comércio local", detalhou.

A expectativa do comércio para abril também é de baixa, de acordo com Assayag, que não esconde a preocupação com a possível negativa nos números. "Nossa preocupação é que abril repita a baixa no volume de vendas e, consequentemente, na arrecadação do Estado, da mesma forma que março", finalizou.

Valor recolhido pela Sefaz no primeiro trimestre totaliza R\$ 1,48 bilhão, alta de 18,25% em relação aos três meses iniciais do ano passado

da boa arrecadação de janeiro foi resultado do resqúicio das vendas aquecidas de dezem-

Segundo ele, por várias dificuldades, o comércio local não fez a promoção Liquida Manaus,

Amazonas volta a ter arrecadação recorde (continuação)

Acordo

ICMS do comércio eletrônico será repartido entre Estados

Dezoito Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste assinaram na sexta-feira, 1º, no Rio de Janeiro, protocolo que altera o regime de tributação nas vendas pela internet e por telemarketing. Com isso, as unidades federativas passam a dividir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que era recolhido exclusivamente nos dois maiores centros de lojas virtuais: Rio de Janeiro e

dança, "o imposto passará a ser repartido entre os Estados de origem e do destino, assim como ocorre nas operações interestaduais realizadas através dos meios tradicionais de comercialização".

Comércio fortalecido

Os Estados que assinaram o protocolo alegam que a medida vai fortalecer o comércio local, gerar emprego e renda,

além de incrementar a competitividade e diminuir o prejuízo na arrecadação.

Dados da Secretaria de Fazenda baiana revelam que os mais de R\$ 15 bilhões arrecadados com o ICMS, em 2010, no comércio eletrônico, ficaram exclusivamente no Estado de origem das mercadorias. Só a Bahia, no período, deixou de arrecadar, no mínimo, R\$ 85 milhões com as vendas pela internet,

informou o secretário de Fazenda do Estado, Carlos Martins, que é coordenador do Confaz.

Economia

Editor Responsável:
Marco Dassori

mdassori@jcam.com.br
telefone: (92) 2101.5526
fax: (92) 2101.5525

No total, 18 Estados firmaram protocolo que altera regime de tributação nas vendas pela internet e telemarketing; antes, o imposto era recolhido na origem do produto

São Paulo.

A decisão foi aprovada em reunião ordinária do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) pelo Acre, Amapá, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo, de Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Roraima, Rondônia, Sergipe, Paraíba, Bahia e Distrito Federal.

Segundo a Secretaria de Fazenda da Bahia, com a mu-

Retomada

Produção industrial brasileira aumenta 1,9% em fevereiro

Resultado apurado pelo IBGE é o melhor desde março de 2010

A produção industrial brasileira cresceu 1,9% em fevereiro ante janeiro, já descontadas as influências sazonais, segundo os dados divulgados na sexta-feira, 1º, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em janeiro, o setor havia registrado alta de 0,2%.

A expansão em fevereiro é a maior desde março de 2010 (3,5%), quando a indústria ainda era incentivada por medidas de fomento, como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

O resultado interrompe uma trajetória de estagnação da indústria, que, desde agosto do ano passado, oscilava

nos indicadores mensais entre pequenas variações positivas e quedas sem muita expressão.

Já no confronto com igual mês do ano anterior, houve acréscimo de 6,9%. Com isso, o índice acumulado nos últimos 12 meses ficou em 8,6%.

Alimentos e veículos

A produção da indústria cresceu de janeiro para fevereiro em 17 dos 27 ramos industriais pesquisados. Os principais destaques positivos ficaram com alimentos (+6,7%), veículos (+4,7%) e produtos de metal (+7%). Outras elevações expressivas foram registradas em metalur-

gia básica (+3,3%) e bebidas (+2,8%), também na comparação entre fevereiro e janeiro.

Por outro lado, o IBGE também apurou quedas no nível de atividade no período. Entre os destaques negativos estão os recuos em produtos químicos (-3,7%) e a rubrica de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-5,7%), além de edição e impressão (-4%).

Por categorias de uso, os bens intermediários lideraram, com alta de 1,3% de janeiro para fevereiro, seguido por bens de capital (0,9%). Na outra ponta, registraram retração os bens duráveis (-2,3%) e semi e não-duráveis (-0,2%).

Calendário fez a diferença, dizem economistas

Análises dos economistas do mercado financeiro mostram que o efeito calendário foi um fator determinante para o resultado forte e surpreendente da produção industrial, mensurado pelo IBGE.

De acordo com os analistas do mercado, o fato de o Carnaval ter sido comemorado em março em 2011 resultou em um maior número de dias úteis em fevereiro.

Os especialistas ressaltaram, entretanto, que, apesar deste fator, o comportamento da indústria foi de recuperação em relação aos meses anteriores.

Para a equipe da MCM Consultores, a expansão da

indústria em fevereiro trouxe diferenças em relação ao comportamento que estava sendo verificado no setor e provocou a alteração nas projeções da instituição para a produção em 2011. Segundo os economistas, o resultado de fevereiro "parece robusto", mesmo considerando as dificuldades de análise oriundas do efeito calendário.

Fim da letargia

"Nossos exercícios mostram que o dado de fevereiro rompeu a letargia da produção e melhorou a perspectiva de crescimento da produção industrial em 2011", escreve-

ram os analistas da MCM, que preveem crescimento de 4% para o setor, neste ano.

Para o economista-chefe da Prosper Corretora, Eduardo Velho, somente nas pesquisas que o IBGE divulgará nos meses de março e abril poderá ser feita uma comparação mais detalhada para se chegar a um cenário mais claro sobre o comportamento do setor.

"Considerando a média móvel trimestral dessazonalizada para excluir a volatilidade do indicador mensal, a produção cresceu 0,5% em fevereiro", avaliou. Para o economista, o efeito calendário deve ter levado a movimento de antecipação da produção.

sim & não

Cerco A sucessão na Suframa não sai da pauta petista. Hoje, o deputado federal Francisco Praciano vai ao Ministério Público Federal pegar a ação civil pública que aponta irregularidades nos convênios firmados com a Fucapi.

Dois O senador João Pedro diz que a sucessão na Suframa deveria ser encarada como algo natural e que envolve mais agentes públicos do que os petistas. “Devem estar envolvidos o governador (Omar Aziz), os governadores da Região”, pondera.

Rodrigo Araújo

Ice Cola na Magistral

O diretor-presidente da Magistral, Luiz Cruz, o presidente da Ice Cola Brasil, Cláudio Bruehmueller, e o diretor da Magistral, Victor Cruz, no lançamento do Ice Cola. O refrigerante será envasado em Manaus e distribuído na rede da Magistral, que conta com mais de 20 mil pontos de venda.

Ministério quer regulamentar pesca esportiva no Amazonas

Ideli Salvatti, da pasta de Pesca e Aquicultura, se comprometeu a levar proposta de reordenação e regulamentação da atividade em solo amazonense

VALÉRIA COSTA
Equipe do EM TEMPO
valeriacosta@emtempo.com.br

A ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, saiu de Manaus, na manhã do último sábado, com um pleito bastante complexo: reordenar e regulamentar a pesca amadora e esportiva no Estado do Amazonas, cuja temporada acontece de setembro a março do ano seguinte e gera um faturamento anual superior a R\$ 10 milhões. Ela ainda prometeu que neste mês entregará à presidente Dilma Rousseff uma proposta ministerial a respeito do tema.

Empresários do segmento da pesca esportiva, capitaneados pelo presidente da Associação dos Operadores de Barco de Turismo (AOBT), Leonardo Leão, se reuniram na noite da última sexta-feira (1), com a ministra durante um jantar no hotel de selva Tiwa, situado na margem direita do rio Negro, e aproveitaram a ocasião para externar suas preocupações no que tange ao setor.

Entre as propostas apresentadas, está a criação, dentro do Ministério de Pesca e Aquicultura, de uma secretaria voltada para a pesca amadora e esportiva, de forma a "administrar os anseios desse segmento, que são muito grandes" e, em seguida, demarcar uma área específica para a prática da pesca esportiva de maneira ordenada. De acordo com o empresário, os praticantes dessa modalidade e os operadores de turismo vão onde está o peixe. Mais que isso, em

grande parte das pescarias o tucunaré é o alvo.

"Nós clamamos pela conservação dessa espécie (tucunaré) e pela definição de uma área onde se possa praticar a pesca esportiva. Falta ordenamento no rio Negro", afirmou Leão. Ele completou que, atualmente, não existe no Amazonas uma área zoneada voltada exclusivamente para a pesca esportiva de maneira sustentável. Ele citou que um

Entre as propostas, está a criação de uma secretaria especificamente voltada para as pescas amadora e esportiva

decreto governamental em vigor por oito anos – que proibia a pesca comercial do tucunaré no médio e alto rio Negro – expirou há quatro meses. "Estamos otimistas para que o governador Omar Aziz autorize um novo decreto nesse sentido", completou o empresário.

Operação interministerial

A ministra Ideli Salvatti deixou claro que, apesar de ser competência de seu ministério regulamentar esse segmento, isso vai envolver a participação de outras pastas ministeriais correlacionadas, como a do Turismo,



Segundo Ideli, a ação capitaneada pelo Ministério de Pesca e Aquicultura precisará de colaboração das pastas de Turismo, Esportes e Meio Ambiente

Esporte – devido às competições que envolvem esse setor – e Meio Ambiente.

"Estou muito esperançosa de que a partir do segundo semestre deste ano, já tenhamos uma posição definida em termos de governo. A ideia é fazer um convívio harmonioso entre as pescas turística, amadora e esportiva e as demais modalidades, como a industrial e artesanal. Temos um potencial cada vez maior do ponto de vista econômico, que gera emprego e renda, mas é um setor que precisa de regras para poder se desenvolver", afirmou.

Em relação ao Amazonas,

especificamente, Ideli Salvatti enalteceu as qualidades da pesca esportiva local e afirmou que a região possui toda uma "peculiaridade e um atrativo extremamente forte". "As modalidades de pesca esportiva aqui são variadas, não se encontra em nenhum outro lugar do planeta e ainda possui potencial diferenciando até das demais regiões do Brasil", ressaltou.

Atualmente, segundo dados da AOBT, existem 31 barcos de pesca esportiva atuando na região amazônica, o que contabiliza 720 leitos divididos em 13 associados da instituição.

Interior compôs a rota

Na manhã de anteontem, Ideli Salvatti discutiu, em Barcelos, regras para as pescas esportiva e ornamental na cidade. Segundo o prefeito do município, José Ribamar Beza, foi apresentado um relatório de propostas a respeito a regularização da atividade, com sugestões de projetos que possam ser debatidos na Câmara Federal.

Em outra reunião, a ministra se encontrou com empresários do ramo da pesca ornamental para debater a criação de uma portaria com a inclusão de novas espécies para exportação, além de discutir métodos de desburocratização do comércio legalizado da pesca ornamental em Barcelos e em Manaus.

Parque aquícola em Balbina

Ao visitar, no último sábado (2), as instalações da Usina Hidrelétrica de Bal-

bina (UHE Balbina) da Eletronbras Amazonas Energia, localizada no município de Presidente Figueiredo (a 101 quilômetros de Manaus), a ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, reafirmou que estão sendo feitos estudos para instalação de parques aquícolas no local e em outras hidrelétricas do país. As instalações estão embasadas no decreto assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 26 de dezembro de 2010. O documento estabelece critérios socioeconômicos para a população atingida por barragens das construções de hidrelétricas em todo o país, além da compensação ambiental já existente. Em dezembro do ano passado, o secretário adjunto de Pesca e Aquicultura, vinculado à Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), Geraldo Bernardino, fez o anúncio inicial.



No sábado (2), parque aquícola local foi mencionado pela ministra durante passagem pela hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo